

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUANA HERRERA GARCIA WANDERLEI

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO ESPAÇO ENEDINA ALVES MARQUES –
PARQUE NEWTON FREIRE MAIA**

**CURITIBA
2015**

LUANA HERRERA GARCIA WANDERLEI

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO ESPAÇO ENEDINA ALVES MARQUES –
PARQUE NEWTON FREIRE MAIA**

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de especialização em Educação
das Relações Étnico Raciais, Setor de Educação
da Universidade Federal do Paraná.
Orientadora: Profa. Ms. Tania Mara Pacífico.

**CURITIBA
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO**LUANA HERRERA GARCIA WANDERLEI****PROPOSTA DE CRIAÇÃO ESPAÇO ENEDINA ALVES MARQUES –
PARQUE NEWTON FREIRE MAIA**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de especialização em Educação das Relações Étnico Raciais, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

CURITIBA**2015**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Marisa de Fatima Rodrigues Herrera, ao meu esposo Éder Castilhos Wanderlei e meu irmão Juliano Herrera Garcia.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, pela confiança no mérito e ética aqui presentes.

A minha orientadora Tânia Mara Pacífico, pelo suporte pessoal e acadêmico, pelas suas correções e incentivo contínuos, que Deus a abençoe.

Aos meus pais Lino Myller Garcia, em especial minha mãe Marisa de Fátima Rodrigues Herrera que sempre me incentivou como amiga e conselheira.

Ao meu esposo Eder Castilhos Wanderlei pelo companheirismo, incentivo, apoio e amor.

E a todos os familiares e amigos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
2. BREVE HISTÓRICO E REFLEXÕES SOBRE O PERÍODO DE ESCRavidÃO NO BRASIL E O RACISMO.....	11
2.1 A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO NA EDUCAÇÃO. 13	
3 DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.693/03	16
3.1 A IMPORTANCIA DOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA A APRENDIZAGEM	19
3.2 PARQUE DA CIÊNCIA NEWTON FREIRE MAIA COMO ESPAÇO COLABORATIVO NA PROMOÇÃO DAS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS ..	20
3.3 ESPAÇO ENEDINA ALVES MARQUES: RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

RESUMO

Neste artigo foi proposta a criação de espaço denominado “Espaço Enedina Alves” no Parque da Ciência Newton Freire Maia, localizado no município de Pinhais. O museu contemporâneo dispõe de um acervo físico dividido em cinco pavilhões, nos quais são tratados temas como astronomia, urbanização, fontes de energia, recursos hídricos, botânica e sala 3D Milton Santos. Por tratar-se de um ambiente multicultural a proposta foi desenvolvida com base na lei 10.639/03 na qual regula a obrigatoriedade do ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas nos estabelecimentos de ensino público e privado em todos os níveis de ensino do território brasileiro. Diante dos desafios enfrentados pelos docentes em sala de aula, carência de materiais didáticos que abordem a temática étnico racial de maneira não tendenciosa e discriminatória, viu-se a necessidade e oportunidade que este espaço de educação não formal possui. Contribuindo de maneira significativa promovendo uma aprendizagem que rompa as barreiras de um sistema ainda racista e o preconceito existente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação não formal, relações étnico raciais, Espaço Enedina Alves Marques.

ABSTRACT

This article was proposed to create space named "Enedina Alves Space" in the Science Park Newton Freire Maia, located in the city of Pinhais. The contemporary museum has a physical collection divided into five pavilions, where are treated subjects like astronomy, city, power, water, botany room and Milton Santos. As this is a multicultural environment the proposal was developed based on Law 10.639 / 03 in which regulates the mandatory teaching of african-Brazilian indigenous cultures and in the public and private education institution at all educational levels of the Brazilian territory. Given the challenges faced by teachers in the classroom, lack of teaching materials that address racial ethnic theme of non-biased and discriminatory manner, we saw the need and opportunity that this non-formal education space has. Contributing significantly promoting learning that breaks the barriers of even racist system and the existing prejudice

Keywords: Non-formal education, racial, ethnicrelations, Space Enedina Alves Marques.

1 INTRODUÇÃO

Os espaços para discussão e reflexão sobre o papel do negro na sociedade paranaense são muito restritos, aos bancos acadêmicos, em seminários ou na semana da consciência negra. Este é meu caso, sou formada em pedagogia e durante minha graduação, através da participação no curso de extensão sobre a temática étnico- racial aprofundei o conhecimento sobre continente e o povo africano por meio de discussões, vídeos, oficinas de trabalho. Tal encantamento foi um dos motivos pelo qual escolhi cursar a pós-graduação em Educação das Relações étnico raciais e promover uma ruptura sobre a visão eurocentrista em meus alunos. Na tentativa de alcançar este objetivo e estende-lo ao maior número de pessoas possíveis, este trabalho foi elaborado, com intuito de desmistificar a superioridade racial branca e valorizar a cultura africana presente na formação do nosso país.

Uma das possíveis explicações também para a supervalorização da cultura européia em nosso estado deve-se a maciça imigração a partir de 1882 com o fim do regime escravocrata brasileiro.

A imigração, italiana, polonesa, ucraniana e eslava, tem na construção da cidade a marca de suas tradições por exemplo, casas, praças, espaços e grupos de valorização de sua cultura e costumes, reproduzindo-os de geração em geração.

Entretanto não reconhecemos, apesar de estar presente em todos os espaços, monumentos e criações, a presença e valorização dos negros na idealização, construção e contribuição para a capital do estado. Também é possível averiguar através de uma breve análise do Movimento Paranista, início do século XX, o desejo de construção de identidade local utilizando principalmente as artes plásticas como meio de criar um sentimento de pertencimento à terra. Entretanto Nomes como Guido Viaro, João Turin, Romário Martins, Lange de Morretes e João Ghelfi criaram um estilo próprio tendo à representação de diversos grupos étnicos, o pinheiro, a pinha, a erva mate, como marcas deste movimento. Contudo a população negra é totalmente excluída deste movimento de caracterização, elaboração e valorização paranaense.

Com o passar dos anos, após diversas ações culturais, sociais, intelectuais e políticas, através da luta dos movimentos sociais dos Negros, conquista-se espaços e direitos que na história foram negados ou invisibilizados.

A lei 10.639/2003 é uma das conquistas no campo educacional quando expressa a obrigatoriedade e a importância em trabalhar, no currículo, do ensino fundamental e médio, nas redes pública e particular o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. É notória a necessidade da criação de espaços públicos que juntamente com acervo bibliográfico e físico, permitam aos milhares de estudantes um contato com as raízes da nossa cultura, quebrando paradigmas eurocentristas e evidenciando uma cultura genuinamente brasileira.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 1996).

Diante desta necessidade e conhecimento dos espaços e acervos físicos disponíveis no Parque da Ciência Newton Freire Maia, localizado no município de Pinhais a "Proposta de criação espaço Enedina Alves Marques – Parque Newton Freire Maia" vem ao encontro desta demanda, na qual explorando os espaços do museu, aborda de maneira prática, reflexiva e contextualizada, o papel exercido pelo negro desde o início da Vila de São José dos Pinhais aos projetos de engenharia dos irmãos Rebouças e Enedina Marques, a primeira mulher negra a formar-se na faculdade de engenharia da capital.

2 BREVE HISTÓRICO E REFLEXÕES SOBRE O PERÍODO DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL E O RACISMO

Durante a atuação como professora e pedagoga pude perceber, como relato de experiência, a necessidade de uma formação qualificada para abordar tal tema em sala de aula e despertar o interesse dos alunos quanto a aprendizagem.

É sabido que a desigualdade social é um/ou maior problema existente em nossa sociedade, causador de várias mazelas e injustiças em várias áreas como educacional, política, social, econômica, saúde, etc. Entretanto esta desigualdade não é algo recente na história da formação do Brasil. Desde a chegada dos portugueses, em 1500, e a colonização após trinta anos de “descobrimento”, tivemos com os índios a primeira forma de escravidão. Logo abaixo, segue quadro sobre as condições socioeconômicas dos grupos de cor ou raça (brancos, pretos e pardos), Brasil de 2000 a 2007, realizado pelo Laboratório de Análises Econômicas, históricas, sociais e Estatísticas das Relações Sociais (LAESER) nucleado no Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro.

Tabela 1.1. Indicadores selecionados sobre as condições socioeconômicas dos grupos de cor ou raça (brancos, pretos e pardos), Brasil, 2000 e 2007							
	Renda média do trabalho principal, ago 2000 (em R\$)	Taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade, 2000 (em %)	Anos médios de estudos da população acima de 15 anos de idade, 2000 (em anos)	Pessoas abaixo da linha de indigência, 2000 (em %)	Esperança de vida ao nascer, 2000 (em anos de vida)	Razão de mortalidade por homicídio, 2007 (por 100 mil habitantes)	IDH, 2000
Branco	916,29	8,3	5,5	14,3	74,0	15,5	0,832
Pretos	419,92	21,5	4,0	30,3	67,6	27,9	0,717
Pardos	449,12	18,2	3,9	32,7	68,0	32,9	0,723
Total	720,77	12,9	4,8	22,6	71,1	25,4	0,783

Fonte: IBGE, microdados Censo Demográfico e PNAD; Ministério da Saúde, DATASUS, microdados SIM

Tabulações LAESER: Fichário das Desigualdades Raciais

Nota 1: esperança de vida ao nascer calculada por Juarez C Oliveira e Leila Ervatti

Nota 2: linha de indigência regionalizada elaborada pelo IPEA

http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf

É possível mensurar a desigualdade racial e social através da análise dos dados da tabela acima, elaborada pelo Instituto Palmares referente ao período de 2009 e 2010 no Brasil. A renda mensal da população branca é o dobro comparado à população negra, a taxa de analfabetismo quase é triplicada, o percentual de pessoas que estão abaixo da linha da indigência e maior número de homicídios esta em dobro para a população negra. O regime escravocrata marca a história do país, pois fundamentou a produção de riquezas e desenvolvimento, contudo o consenso das elites brasileiras traz resquícios de desigualdade e preconceito até os dias atuais.

Após o massacre aos grupos indígenas, verdadeiros “donos das terras brasileiras”, os portugueses sedentos de mais riquezas, capturavam o povo africano normalmente em suas colônias e os traziam ao Brasil na condição de escravos, fruto de um esquema muito rentável financeiramente, o de tráfico de escravos vindo de diversas regiões do continente africano

Os **sudaneses** dividiam-se em três subgrupos: iorubas, gegês e fanti-ashantis. Esse grupo tinha origem do que hoje é representado pela Nigéria, Daomei e Costa do Ouro e seu destino geralmente era a Bahia. Já os **bantus**, grupo mais numeroso, dividiam-se em dois subgrupos: angola-congoleses e moçambiques. A origem desse grupo estava ligada ao que hoje representa Angola, Zaire e Moçambique (correspondentes ao centro-sul do continente africano) e tinha como destino Maranhão, Pará, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo. Os **guineanos-sudaneses muçulmanos** dividiam-se em quatro subgrupos: fula, mandinga, haussas e tapas. Esse grupo tinha a mesma origem e destino dos sudaneses, a diferença estava no fato de serem convertidos ao islamismo. (Em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/origem-dos-escravos-africanos/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2016.)

Estima-se que o Brasil foi uma porta de recebimento de mais de quatro milhões de escravos, fora os não contabilizados devido à proibição do tráfico negreiro imposto pela Inglaterra, a partir do século XIX. A lei Bill Aberdeen de 1845 aprovada pelo Parlamento britânico concedia as autoridades inglesas o direito de aprisionar navios negreiros que transportassem cativos da África para as Américas e julgar seus comandantes. Tal medida afetava diretamente a economia brasileira, pois a mão de obra estava fundamentada no regime escravocrata. As elites brasileiras viram a lei como represália, pois foi assinada

após o fim do último tratado comercial, no qual os britânicos recebiam diversas vantagens na aquisição dos produtos comercializados pelos portugueses.

No período Republicano, do nosso país, predominava-se um ideal de civilização presente também em outros países, o ideário branco, baseado nos modelos de organização e desenvolvimento europeus, numa sociedade de pessoas brancas, na qual não havia a participação e/ou espaço para pessoas negras, indígenas, ou qualquer outro povo que não se enquadrava nos parâmetros.

As teorias racistas também estavam presentes em diversos lugares, sendo utilizadas para justificativa de barbáries e atrocidades cometidas em nome de uma “purificação” da sociedade:

No século XVII, e principalmente no XVIII, as teorias racistas adquiriram importância para explicar diversos fenômenos sociais e justificar novas desigualdades (WIEVIORKA, p 20, 1992).

O racismo científico, criado por intelectuais europeus nos séculos XVIII e XIX, dividiu a população mundial em grupos que apresentavam em suas características e comportamento mais proximidade com o modelo civilizatório, ou seja, o ideário branco europeu, segundo o autor Paulo Vinícius Baptista da Silva, no texto (data, p.) “Apontamentos sobre o racismo no Brasil” na divisão citada; 1- brancos – europeus, 2 – amarelos – asiáticos, 3- vermelhos – americanos e australianos, 4 – negros.

Tal teoria difundiu-se e obteve muita aceitação sendo este modelo de pensamento reproduzido até os dias atuais, servindo de repertório para argumentação do discurso racista e de segregação. O racismo, no Brasil, em especial em relação a indígenas e negros, é um racismo ambíguo, que se afirma por sua negação, bastante amparado num imaginário de mestiçagem (MUNANGA, 2004). Assim, o mito da democracia racial, difunde a ideia de igualdade e oportunidades equivalentes à toda a população, não considerando a trajetória histórica do país e das pessoas, negros, que construíram o Brasil a suor e sangue.

2.1 A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO NA EDUCAÇÃO

O direito a educação não é uma luta apenas dos movimentos sociais negros, desde o século XIX há ações voltadas à escolarização deste segmento. De acordo com SOARES (2013) partindo de iniciativas isoladas e locais da própria população negra até a segunda metade do século XIX quando o Estado cria escolas públicas para os filhos dos negros libertos e escravizados.

Deste primeiro obstáculo decorre a exclusão e interdição da população negra à educação e escolarização. Esse contexto foi constituído por dois movimentos: ao mesmo tempo em que se deu a construção de preconceitos e desigualdades, também se evidenciou a resistência da população negra em busca de reconhecimento e valorização, por meio da educação e pela escolarização, e as experiências apresentadas são indícios deste protagonismo. (SOARES, p 44,2013).

Diante do cenário mundial, da história da criação do Brasil, percebemos que as injustiças do passado trouxeram consequências desastrosas para o presente.

Atualmente vivemos numa sociedade plural, com sujeitos dotados de direitos e deveres, temos uma Constituição Federal promulgada em 1988, que no seu artigo 5º dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Na Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, no seu art. 1º, dispõe que todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos. O art. 2º ainda assevera que todos os seres humanos estão aptos a exercer os seus direitos sem distinção de nenhum tipo ou gênero, seja por raça, cor, sexo, língua, orientação política etc.

Apesar de termos, hoje, um conjunto de leis e deveres que assegura e “protege” a população contra o racismo e a intolerância à diversidade, é necessário o trabalho com as futuras gerações sobre a pluralidade e respeito as diferenças.

No I Fórum sobre o Ensino da História das Civilizações Africanas nas Escolas Públicas, em 1991, na Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), os movimentos negros já demonstravam-se preocupados com a inserção no currículo sobre a temática étnico-racial presente na história do Brasil e a urgência na valorização e resgate da cultura afro-brasileira

É antiga a preocupação dos movimentos negros com a integração dos assuntos africanos e afro-brasileiros ao currículo escolar. Talvez a mais contundente das razões esteja nas consequências psicológicas para a criança afro-brasileira de um processo pedagógico que não reflete a sua face e de sua família, com sua história e cultura própria, impedindo-a de se identificar com o processo educativo. Erroneamente seus antepassados são retratados apenas como escravos que nada contribuíram ao processo histórico e civilizatório, universal do ser humano. Essa distorção resulta em complexos de inferioridade da criança negra, minando o desempenho e o desenvolvimento de sua personalidade criativa e capacidade de reflexão, contribuindo sensivelmente para os altos índices de evasão e repetência (NASCIMENTO, 1993, p. 11).

Na formulação da constituição brasileira na década de 80, há a participação do movimento social negro em pró uma educação visando o combate ao racismo. Em 20 de dezembro de 1995 em decorrência da Marcha Zumbi dos Palmares, os movimentos sociais entregaram ao governo federal um documento no qual reivindicavam a alteração dos currículos escolares, chamado “Programa de superação do racismo e da desigualdade racial”.

É expresso neste documento a necessidade de mudança nas relações e discursos utilizados no campo acadêmico sobre o racismo, a perpetuação de comportamentos, discursos eurocentristas e a valorização apenas da cultura branca em detrimento a negra. A estereotipação da figura negra induz a criança a um processo de anulação, não reconhecimento de suas origens e a desvalorização de suas raízes, perdendo assim sua identidade.

Todavia é necessário lembrar que antes desta data já aconteciam em municípios brasileiros uma preocupação em introduzir ou modificar a maneira de trabalho da cultura negra nas escolas. Fruto de uma longa trajetória de batalhas, reivindicações e presença marcante do Movimento Social Negro nas diversas estâncias do governo.

Em 1996, durante as discussões sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a então senadora Benedita da Silva, representando o movimento social negro, traz novamente a proposta de inclusão da temática nos currículos escolares, e sua obrigatoriedade aparece apenas no ano de 2003, oriunda de um projeto de lei de 1999 da deputada Esther Grossi e deputado Benhur Pereira.

Vimos, neste breve histórico, que a luta pela inclusão racial como currículo vem de longa data, fruto do esforço de uma grande parcela da população que deseja que sua história seja ressignificada e contada por outros olhares e opiniões diferentes das elites.

3 DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Após a implementação da lei que tornou obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes pública e particular do país, vários setores da população manifestaram-se contra esta obrigatoriedade. Os motivos apresentados para defesa era: o engessamento do currículo, a falta de autonomia dos estados e o “reforço” de conteúdos que já estavam previstos na LDB.

Entretanto, o que a maioria dos intelectuais contrários à proposta e supostamente muito distante dos bancos escolares e dos professores do magistério e licenciatura, não compreendem a forma como o ensino dessa temática reforça comportamentos preconceituosos e perpetua a visão de “povo passivo” à escravidão e negando a contribuição para a sociedade brasileira; restringindo-se apenas a mão de obra nos serviços braçais e não intelectuais.

Ao omitir conteúdos em relação à história do país, relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados estereótipos, a escola contribui fortemente para o reforço de construções ideológicas racistas. Ainda hoje, o negro é apresentado em muitos bancos escolares como o “objeto escravo”, sem passado, passivo, inferiorizado, desconfigurado, desprovido de cultura, saberes e conhecimentos. É como se o negro não tivesse participado de outras relações sociais que não fossem a escravidão. (ROCHA, p. 28, 2006).

Quando trabalhamos em sala conteúdos referentes ao Egito, cultura milenar, berço da matemática, engenharia, agricultura, comércio, nos deparamos com a surpresa de muitos alunos em aprender que este país pertence ao continente africano. É comum, infelizmente, escutarmos dos alunos comentários pejorativos referentes ao continente como um lugar de extrema pobreza, uma grande selva apenas e que todos os habitantes moram em tribos e não são civilizados, ou seja povo bárbaro. Diante desta realidade

que a muito tempo é disseminada nos bancos escolares e pelos professores que ainda perpetuam esse discurso unilateral, minimalista e de inferioridade, devido sua frágil formação ou por acreditar na superioridade racial branca, faz-se necessário a lei de obrigatoriedade.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004).

Para a autora Nilma Lino Gomes a pesquisa *Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/03*, revela informações importantes sobre as dificuldades de implementação da lei nas escolas das cinco regiões brasileiras. Através da pesquisa constatou-se várias dificuldades, por exemplo, a falta de materiais didáticos para consulta que não estejam baseados apenas no modelo eurocentrista, a desmotivação dos professores devido ao baixo comprometimento da gestão, intolerância religiosa expressiva, dificuldade em identificar situações de racismo, resistências dos próprios funcionários com o trabalho da temática, ausência de formação continuada e a supervalorização de determinadas culturas em detrimentos à outras.

Os destaques acima evidenciam que as dificuldades acerca da implementação do artigo 26 A da LDB estão presentes em diferentes regiões do país e indicam que a efetivação da educação para as relações étnico-raciais ainda é percebida de forma estereotipada, individualizada e preconceituosa. (SOARES, p. 56, 2014).

Na obra de GOMES (2010) *Um olhar para além das fronteiras: educação e relações raciais* identifica alguns dos desafios encontrados para a efetivação do artigo 26 da LDB

o intercâmbio intelectual Brasil / África; a superação dos guetos acadêmicos que dominam o financiamento internacional dos projetos voltados para a temática racial e africana no Brasil; superação da lógica conteudista no processo de formação dos professores(as); (...) a necessidade de maior sistematização e divulgação do pensamento negro brasileiro nos meios acadêmicos e para os profissionais da educação básica; a socialização dos saberes produzidos pela comunidade negra na formação inicial e continuada de professores(as); o diálogo com as questões trazidas pelo Movimento Negro, a articulação entre conteúdo da lei 10.639/03 e a educação da juventude negra; a inclusão da discussão, estudo e trato ético da religiões de matriz africana na formação de professores(as) da educação básica e na prática das escolas e a implementação concreta da lei 10.639/03 nas escolas particulares. (GOMES, p.108 2010).

Em contrapartida ao cenário descrito acima, uma significativa parcela dos docentes tanto da carreira do magistério quanto aos das licenciaturas, possuem um enorme desejo em trabalhar com a temática, de maneira que atraia a curiosidade dos alunos e possibilitem a ressignificação do tema numa visão não elitizada. Diversas são as orientações para o trabalho em sala de aula, sugestões de sites, revistas, trabalhos acadêmicos, sequencias didáticas, uma infinidade de conteúdos que poderão ser trabalhados respeitando a faixa etária, o contexto e a compreensão do tema. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana orienta o trabalho a partir de princípios com bases filosóficas e pedagógicas como:

- Consciência política e histórica da diversidade;
- Fortalecimento de identidades e de direitos;
- Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações;

Todavia apesar das inúmeras orientações, cursos, oficinas, palestras sobre o tema, e que são de grande valia para o aperfeiçoamento do trabalho docente, é comum encontrarmos professores que “reclamam” sobre a falta de espaços culturais como museus, casa de cultura e similares que oportunizem a vivência e o contato direto com a cultura africana e afro-brasileira.

3.1 A IMPORTANCIA DOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA A APRENDIZAGEM

Diante do novo cenário educacional, frente às novas tecnologias e saberes, a educação não formal poderá ser uma aliada no desenvolvimento do processo de ensino –aprendizagem. A educação não formal como afirma Gonh (2011, pg14) não visa substituir ou competir com a educação formal [...]”. Até os anos de 1980, este modelo foi considerado como um campo de menor importância, tanto nas políticas públicas, quanto para educadores. A partir da lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, define a educação sendo [...] processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDBEN, art.1º,1996 apud Gonh, 2011: 11). A partir deste novo entendimento e expansão dos meios de aprendizagem, a educação não formal vem ganhando espaço na medida que proporciona maior interação e contato com objetos de estudo e investigação. Na educação não – formal os espaços educativos estão localizados fora dos muros escolares, em locais interativos e intencionais, pois possuem uma finalidade e objetivo. Este modelo de educação é pautado na Pedagogia Social, que trabalha com o coletivo e que preocupa-se com os processos de aprendizagem e saberes do coletivo, com a finalidade de oportunizar novas descobertas e horizontes gerando o processo realmente educativo.

Esta educação não é dividida por série/ano, com uma disciplina isolada

A educação não -formal tem outros atributos: ela não é, organizada por séries/ idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do empowerment do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo. (GOHN, P.30, 2006).

Parafraseando a autora GOHN 2006 no texto “Educação não formal na pedagogia social”, a metodologia utilizada nestes espaços é de suma importância, pois os conteúdos surgem de temas que são colocados como necessidade a partir da problematização do cotidiano e são construídos no decorrer do processo; penetra no campo simbólico, orientações e representações que dão significado às ações humanas.

Neste modelo em especial, é muito importante a ação dos educadores, agentes, monitores, etc., que conduzem o aluno neste processo de ensino-aprendizagem, pois seus discursos levam consigo visões de mundo, ideologias, propostas, conhecimentos acumulados. Nesta troca de saberes, opiniões são confrontadas constantemente, estabelecendo uma conexão dualista, daquele que ensina e aquele que aprende, aprendizagem-ensino-aprendizagem.

“Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os ‘argumentos de autoridade’ já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (FREIRE, p. 79,2005).

Vale ressaltar que a educação não- formal não substitui a educação-formal, pois possui espaços, tempos, métodos que são complementares e auxiliam na aprendizagem.

3.2 PARQUE DA CIÊNCIA NEWTON FREIRE MAIA COMO ESPAÇO COLABORATIVO NA PROMOÇÃO DAS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS

Atualmente, o trabalho com esta temática é um dos grandes desafios educacionais devido à necessidade de conhecimento, leitura, reflexões e discussões sobre as relações étnico raciais. Destaca-se aqui a importância que os espaços de educação não formal possuem como ferramenta pedagógica na construção do saber científico. Esses espaços contribuem e auxiliam o trabalho pedagógico, pois possibilitam a vivência, discussão e entendimento sobre a temática de forma mais prática e acessível.

O Parque da Ciência Newton Freire Maia, localizado na Estrada da Graciosa, no município de Pinhais, conta com um acervo físico e permanente no qual possibilita a discussão, pesquisa e reflexão sobre a temática étnico racial. Teve seu início no antigo Parque de Exposições Agropecuárias Marechal Humberto Castelo Branco, criado em 1964 e até meados de 1998, umas das principais feiras do setor agropecuário da região. Devido às mudanças no processo de urbanização e as políticas ambientais efetivadas para a construção de barragens para a captação de água, as atividades agropecuárias foram encerradas em 1998.

O governo, em meados do ano 2000, propõe que o espaço antes utilizado para feiras, seja reformulado sendo um espaço de divulgação e popularização de Ciência e Tecnologia. Com o apoio de diversas empresas, órgãos públicos e instituições de ensino particular e pública, o local é reinaugurado em 20 de dezembro de 2002, e no ano de 2003 recebe o nome de Parque da Ciência Newton Freire Maia, em homenagem ao grande geneticista paranaense.

A Ciência e o laboratório entraram muito cedo na vida daquele menino de grupo escolar. Pelas mãos do avô paterno, Domiciano, ele pôde realizar observações e experiências e se encantou com elas. Aos 15 anos, no ginásio, decidiu que queria ser cientista. Os caminhos para essa meta, no entanto, não se abriram diante dele com a nitidez e a simplicidade dos rumos que tomaram seus colegas. Afinal, depois de alguns tropeços e atropelos, já com 24 anos, começou a ser cientista, seu ideal de juventude, em Genética de drosófilas, pelas mãos de Dreyfus e Pavan, na USP, em 1946.

Em 1951, transferiu-se, a convite, para a Universidade Federal do Paraná, onde criou um laboratório de Genética e deu cursos de biologia geral. Alguns anos depois (1956-1957), esteve na Universidade de Michigan, com bolsa de um ano da Fundação Rockefeller, quando passou a estudar Genética Humana. Em 1960, doutorou-se em Ciências Naturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1970-1971, trabalhou como cientista da Organização Mundial de Saúde, em Genebra.

Visitou 27 países, alguns mais de uma vez; publicou várias centenas de trabalho científicos (a maioria em Inglês), nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Dinamarca, etc., principalmente sobre casamentos consanguíneos e malformações congênitas, na segunda fase de suas pesquisas. Em seguida, o acaso o fez estudar as displasias ectodérmicas (DEs), que eram menos de 10 na época. Propôs uma definição e uma classificação clínicas para o grupo, o que abriu o campo para investigações mais amplas. Com a Dra. Marta Pinheiro, criou um Centro de Estudos de Displasias Ectodérmicas (CEDE) na UFPR, reuniu vários colegas e, com ela e eles, descreveu 23 entidades novas e redigiu cinco revisões e dois livros. O assunto já serviu de tema para uma tese de doutorado (na USP) e três teses de mestrado (na UFPR). O número total de DEs hoje conhecido é 192, tendo o CEDE descoberto e descrito 12% delas.

Recebeu vários prêmios e outras honrarias no Brasil.
 (Em: <http://www.genetica.ufpr.br/newton.html#NEWTON> FREIRE-
 MAIA. Acesso em: 30 de janeiro de 2016).

A elaboração de um projeto interdisciplinar que discuta como tema central a questão étnico racial presente em nossa sociedade e de formação da identidade cultural e social brasileira, é uma das necessidades que os docentes buscam para a diversificação dos ambientes de aprendizagem. Através de oficina com duração aproximada de duas horas, os alunos e comunidade serão convidados a conhecer, discutir e analisar a figura do negro na construção da sociedade brasileira, a mitologia africana, as lendas e costumes, as figuras intelectuais e sociais negras do continente Africano e do estado do Paraná. No pavilhão Introdução serão discutidas questões referentes à origem do universo, nas visões científica, religiosa e lendárias, focando nesses três aspectos os conhecimentos do povo africano. É importante frisar neste espaço, através de uma maneira lúdica, criativa e atrativa a influencia do povo africano na religiosidade brasileira. Infelizmente é comum ouvirmos discursos preconceituosos e xenofóbicos sobre as religiões de matrizes africanas. Desde o período colonial o catolicismo era a religião oficial do Brasil, qualquer outra forma de manifestação religiosa era concebida como crime previsto em código criminal. Apesar da constituição de 1891 abolir o conceito de religião oficial e permitir a livre escolha a qualquer crença, diversas foram as perseguições, discriminação e preconceito as pessoas que não seguiam o cristianismo, permanecendo tal prática ainda na atualidade.

Olodumaré é o Deus supremo para a maioria do povo africano, os orixás são seres divinos e são a representação do Deus, cada grupo em particular possui uma divindade de preferência que terá relação direta com seus ancestrais, os deuses/orixás baixam nos devotos e são incorporados, advertindo e orientando em questões financeiras, pessoais e espirituais. Obatalá, é o Deus que moldou a vida humana, uma representação de Olodumaré e Oxalá seu filho

Para ilustrar que, para a cultura iorubá, todas as pessoas são divinas, traremos, um conto (4) que é emblemático do valor civilizatório afro-brasileiro de aceitação das diferenças humanas: (...) Olodumaré, que

é um deus ioruba, quis criar a Terra e deu um punhado dela, num saquinho, para Obatalá ir criá-la. Antes de ir, Obatalá teria que fazer a oferenda a Exu (5), pois sem movimento não há ação. Obatalá, que é muito velho, esqueceu e foi andando, andando devagarinho, e no caminho sentiu sede. Então viu uma árvore, dessas que têm água dentro, e parou, abriu a planta e bebeu. Só que era uma bebida que dava um pouco de tontura, e então ele se deitou debaixo da árvore e acabou dormindo. Enquanto isso, Odudua, que também queria criar a Terra, fez as oferendas a Exu e alcançou Obatalá. Vendo-o dormir, achou que ele iria se atrasar muito, pegou o saquinho e foi ele mesmo criar a Terra. E criou.

Obatalá acordou e viu a Terra criada, e foi reclamar para Olodumaré, que enviou e deu a ele barro, para que criasse os homens na Terra. Obatalá foi e criou os homens, mas de vez em quando tomava a bebida da árvore de que tinha gostado, e ... não chegava a dormir, mas, meio tonto, fazia uns seres humanos meio tortinhos. (TRINDADE, p. 32, 1999).

O segundo pavilhão é chamado de Cidade, neste local são apresentadas questões referentes ao crescimento, urbanização, problemas sociais, econômicos, a localização geográfica principalmente da capital do Estado, Curitiba. Neste momento, os alunos terão conhecimento sobre a importância da figura do negro na construção de Curitiba e no Estado, as personalidades negras no Paraná, exemplo os irmãos Rebouças, principalmente André Rebouças que projetou a estrada de ferro, na qual ligava Paranaguá à Curitiba

(...) região predestinada para a imigração espontânea no Brasil. No dia em que o Paraná tiver vias de comunicação, os imigrantes afluirão para ali aos cem mil, como agora para os Estados Unidos. A simples estrada de rodagem da Graciosa tem feito imigrar para o Paraná colonos de todas as outras províncias do Império! (REBOUÇAS, 1883, p. 85)

Na sala 3D Milton Almeida Santos, geógrafo, graduado em Direito destacou-se por seus trabalhos em diversas áreas da geografia especialmente nos estudos de urbanização dos países emergentes; será oportunizado o contato com a biografia da primeira Engenheira Civil do Brasil, a curitibana Enedina Alves Marques, moradora do bairro Portão, negra e mulher, vivendo em uma sociedade altamente racista e machista, entre as décadas de 50 a 80. Uma de suas maiores contribuições, além de ser uma figura inspiradora, foi na implantação do Plano Hidrelétrico do Estado e aproveitamento das águas dos rios, Iguaçu, Capivari e Cachoeira. Este espaço ganhará destaque pela oportunidade de discussão sobre a figura feminina e negra no estado.

O terceiro pavilhão recebe o nome de Energia, neste local são discutidas as formas de geração de energia, em diferentes modalidades, os processos de transformação e os impactos que geram na natureza. Pelo continente africano abrigar em seu território o maior deserto do mundo, o Saara, como é gerada a energia neste local? Quais os impactos causados na natureza? Quais os recursos são utilizados? Esses serão alguns dos questionamentos deste local.

O último pavilhão recebe o nome de Água, são abordados os temas de biodiversidade, água como fonte de vida, a constituição física dos seres humanos, as primeiras habitações humanas, a caverna. Neste local, serão exploradas as questões sobre o surgimento dos primeiros habitantes humanos no planeta Terra, no continente Africano, modo de vida, costumes, hábitos e curiosidades, lembrando os visitantes sobre a origem da sociedade a partir do continente Africano. Serão relatadas também, a biodiversidade existente em todo o continente, as semelhanças e diferenças do clima, vegetação, relevo e hidrografia africanas. E as características genéticas e físicas, comuns ao povo africano, e aos brasileiros.

3.3 ESPAÇO ENEDINA ALVES MARQUES

Para proporcionar um melhor entendimento sobre a proposta de criação deste espaço no Parque da Ciência Newton Freire Maia, e da pessoa que inspira esta criação, é necessário conhecer esta mulher negra que rompeu com os paradigmas limitados que a sociedade paranaense e a brasileira impunham a milhares de mulheres no século XIX e XX e os obstáculos acrescentados devido as questões étnico –raciais- sociais da época de modernização da capital do estado.

Curitiba era um vilarejo em crescimento, o estado era referência na produção de café, principalmente na região norte do Paraná, entretanto há um grande avanço comercial também com a produção de erva mate; a responsável pela grande modernização da capital. A indústria ervateira era um símbolo de uma modernização muito almejada pela burguesia local, até adotando formas mais ecléticas na arquitetura da cidade, SANTANA (2013) A prefeitura atualizava e reajustava as taxas e os impostos com ou sem melhorias nas qualidades dos serviços prestados

Com o crescimento, a pequena vila, começa a receber famílias em busca de condições melhores para viver, os preços de terrenos e casas começam a aumentar. Os dilemas sociais enfrentados neste período não são diferentes dos atuais. Segundo SANTANA (2013) ocorriam denúncias de falta de planejamento, calçamento, meios de transporte, luz, telefones, falta de policiamento, higiene nas ruas, etc.

A obra “ História do Paraná” de Romário Martins trata sobre a formação do povo curitibano, entretanto os negros e suas contribuições foram excluídos do processo histórico, nesta obra é elucidado o trabalho das polonesas como empregadas domesticas e depois passando a trabalhar em fábricas; abrindo desta maneira uma lacuna para os recém escravos libertos na área de trabalho. Algumas funções eram exercidas pelos negros e mulheres, como quituteiras, passadeiras, amas, engraxates, etc. É importante ressaltar que havia pessoas negras letradas e participavam de grupos, como o Clube 13 de maio, onde eram discutidas questões políticas, luta por direitos, maior participação da vida pública referente as pessoas de cor, etc. A partir do trabalho fabril, também começam a surgir os primeiros grupos sindicalistas, na luta de direitos para a classe que mais crescia no Paraná, operários.

Durante toda a Primeira República ocorreu em Curitiba um crescimento populacional através de uma mobilidade social oferecida pela industrialização e pela urbanização. (SANTANA, p.23, 2013).

A cidade começou a perder o ar de campesina, para urbano-industrial. Curitiba se expandiu baseado num modelo civilizatório, de branqueamento da população, do crescimento do numero de fábricas, comércio, prédios privados, faculdades, etc. Diante de uma sociedade tão progressista a educação era a chave para impulsionar este desenvolvimento.

Neste cenário político-social da época, Enedina Alves Marques, foi a primeira mulher negra a formar-se no curso de engenharia juntamente com outros 32 alunos, todos homens. Enedina rompeu as barreiras das limitações impostas pelo preconceito da época em relação as mulheres, negras e oriundas de famílias humildes. Foi homenageada, até por colegas que ao longo do curso se quer notavam sua presença em sala. Filha de Paulo Marques e Vírilia Marques, Enedina juntamente com seus irmãos vieram para a capital

buscando melhores condições que a área rural oferecia. Sua mãe trabalhava como empregada doméstica e lavadeira para as famílias que compunham a elite paranaense, após a separação matrimonial, Virgília começou a trabalhar na casa de Domingos Nascimento, intelectual e militar desta época. A educação que Enedina teve foi baseada nos ensinamentos e preceitos da família Nascimento, Judite a matriarca da família considerava que

... a intervenção sutil do estado no trato à criança é dada através da família esta com a responsabilidade de conservar e respeitar as crianças. A partir de uma concepção de infância de um ser inocente e frágil, o papel da família é aliado à filantropia e assistência social, o que garante o sucesso da higiene como instrumento de ordenação social. O sentimento de infância é afirmado ao mesmo tempo em que se é reafirmado à família (TRINDADE, 1999, PP. 36-38).

Nas famílias mais carentes cada membro tinha seu papel ou função voltada ao trabalho braçal, por isso estas famílias eram tão numerosas, mais braços para trabalhar mais renda poderiam ter. Isto ocorria mesmo após a abolição da escravidão, os negros ocupavam ainda os trabalhos menos qualificados e com menor remuneração.

Enedina trabalhou como doméstica em casas de famílias, este trabalho assim para ela, quanto para as outras mulheres negras, era uma das poucas maneiras de auxiliar ou sustentar suas famílias. Nos anos de 1932 a 1935 muda de profissão, por este período, quando conclui o curso de magistério e começa a atuar como professora da rede pública de ensino em diversas áreas no interior do Paraná. Mesmo após a conclusão do curso Enedina fez uma complementação dos estudos, Madureza, curso exigido conforme determinação do estado. Procurando por novos desafios, em 1938 inicia o curso de Pré- Engenharia no Ginásio Paranaense. Neste ano haviam apenas duas mulheres inscritas para o grupo de Pré Engenharia: Enedina e Helena Cordeiro Parigot de Souza, entretanto no ano seguinte o nome da colega não contava mais na lista de presença, o motivo é desconhecido.

A faculdade de Engenharia do Paraná foi criada para atender aos anseios de modernidade e ascensão social crescente na nova metrópole, servia a burguesia, principalmente a ervateira. A instituição crescia juntamente com as Faculdades de Direito e Medicina, eram instituições privadas, que

desejam a perpetuação da elite paranaense. Enedina pagou todas as taxas exigidas pela faculdade e fez vários testes nos quais obteve nota satisfatória, e durante toda a graduação recebeu o auxílio dos familiares e das famílias Nascimento e Caron. Nesta última, trocava o serviço doméstico pela moradia, segundo relatos, era uma aluna muito estudiosa e esforçada.

A faculdade de Engenharia era um reduto do sexo masculino, burguês e preconceituoso, reproduziam o preconceito existente na própria capital paranaense. Enedina era vista com “maus olhos” pelos colegas e sofria várias formas de preconceito, o de gênero, pois era a única mulher em meio a vários estudantes masculinos, o de cor, por ser negra e o preconceito social, pois sua origem era de família humilde. Segundo a autora TEIXEIRA (2011)

[...] sofre a discriminação em pelo menos três eixos distintos: sofre discriminação racial, pois pertence a um grupo étnico desprestigiado na sociedade brasileira; sofre discriminação de gênero, pois faz parte de uma parcela da população que ganha salários inferiores ao dos homens, que tem dificuldades de chegar a cargos de chefia; e sofre discriminação social. (TEIXEIRA, p. 5, 2011).

Fez o curso em seis anos devido a problemas com notas em algumas disciplinas, refazendo-as no ano seguinte para finalmente obter o título. Enedina teve durante o curso o apoio de alguns colegas que emprestavam os materiais mais caros para que fizesse a cópia manual, sofreu represarias até mesmo com professores da época, com atitudes discriminatórias, por exemplo a reprovação infundamentada a partir de uma resposta elaborada pelo próprio professor, o mesmo não aceitou a argumentação, explicando que não voltaria a mudar sua atitude.

Enedina Alves Marques é um exemplo de pessoa, uma mulher que lutou de todas as maneiras possíveis pelo seu sonho. Apesar de sua história ter ocorrido no início do século XX, várias brasileiras, negras e pobres deparam-se com os mesmos obstáculos em pleno século XXI.

A criação do espaço “Enedina Alves Marques” no Parque da Ciência Newton Freire Maia, justifica-se pela necessidade de mudança na imagem do negro na sociedade. De acordo com TEIXEIRA (2011) nos livros didáticos, através de sua pesquisa verificou que

[...] a ausência do negro ocupando papel de destaque na vida privada, pois não aparece como membro de uma família, como pai, como mãe, como filho, filha, esposo, esposa, não se diverte, não tem gosto, nem prazer, não tem sentimento. O negro só é representado no livro didático em situação de risco. As famílias, quando aparecem, são numerosas e encontram-se em situação de miséria. Imputam-lhe a impossibilidade de qualquer gesto ou atitude de demonstração de sentimentos. (TEIXEIRA, p. 13, 2011)

Tomando como pressuposto esta afirmação, a maioria dos alunos tanto de ensino fundamental quanto médio, possuem este olhar preconceituoso, ou até mesmo piedoso, para a população negra de maneira geral. No estudo da história, poucos foram os momentos de valorização tanto cultural e intelectual da população negra no Brasil. Trabalhar com esta temática é um dos desafios que o professor deverá enfrentar para proporcionar aos seus alunos uma visão distante do senso comum. De acordo com PACIFICO (2008)

É preciso discutir até que ponto o racismo influencia o desempenho escolar no ensino brasileiro. Na infância as práticas discriminatórias podem deixar seqüelas muitas vezes difíceis de serem sanadas. A delicadeza da temática e sua gravidade tornam a discussão a respeito do assunto tensa. As relações estabelecidas no âmbito escolar, no que se refere ao ensino aprendizagem, não deixam dúvidas de sua complexidade, em se tratando da temática racial. As relações raciais na escola são, via de regra, movidas por uma invisibilidade, por parte da maioria dos professores e da comunidade escolar. (PACIFICO, p.2, 2008).

A criação desse espaço é uma opção que valoriza e colocaria os estudantes em contato com outras realidades, servindo de inspiração para pessoas que estão no mesmo grupo étnico-racial e/ou social, que carecem de exemplos de vida e superação.

O espaço também poderá ser utilizado para discutir as relações de gênero, análise sobre os dados de violência contra a mulher, às desigualdades sociais entre o sexo feminino e masculino, a representatividade da mulher no cenário nacional e internacional, o ser mulher e negra no Brasil: desafios da contemporaneidade e discutir as questões de preconceitos envolvendo este núcleo.

Cabe salientar, que tal proposta não está reduzida a apenas a criação no Parque Newton Freire Maia, podendo ser utilizado em qualquer outro espaço que tenha a preocupação com o trabalho com as relações étnico raciais

e sua responsabilidade e atenção com uma formação cidadã-crítico-reflexivo tão almejada pelos educadores de todo o país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda na atualidade nos deparamos com muitas situações de discriminação, seja ela étnica, racial, gênero, idade, entre tantos outros motivos que o ser humano impõe frente às diferenças que todos temos. Está discriminação vem normalmente carregada por um discurso moralista, sem fundamentação consistente e carregada de impressões e afirmações que por vezes nem suas são.

O preconceito existente no Brasil é algo não declarado, afinal temos nossa origem formada pela miscigenação de vários povos e culturas, entretanto o ideário branco e sua supremacia ainda persistem nesta nova era. Os discursos são voltados para a promoção da igualdade de direitos e deveres, oportunidade e crescimento. Quando nos deparamos com algum negro bem sucedido econômica e financeiramente muitos apresentam uma feição de espanto e admiração. O senso comum reproduz a imagem que aprendemos nos bancos escolares e até opiniões de nossos familiares e pessoas próximas a nós, o negro era escravo, fazia todo o trabalho braçal, não possuía direitos e sua vida estava fadada a marginalização.

A educação voltada aos bancos escolares possui a necessidade de mudar este paradigma e esta visão de desqualificação do negro, suas origens, costumes, religião e expressividade. E uma das maneiras de combate ao racismo é através do conhecimento, do contato com o “diferente”, da discussão e reflexão. Esta proposta de trabalho num espaço de educação não formal oportuniza aos alunos a vivência com outra cultura, tão rica quanto a sua.

Aproximando mundos tão diferentes poderemos estabelecer pontos comuns e discutirmos as singularidades de cada cultura, não julgando-as para definir o certo e o errado, mas visões de diferentes de mundo.

O espaço “Enedina Alves Marques” é um desses espaços destinados a promover as discussões não só raciais, mas, também as de gênero. Pela própria descrição da vida de Enedina percebemos a realidade de muitas mulheres negras no período pós abolição e que ainda hoje é prolongada, pois

trás consigo os sinais de um sistema racista e injusto vivido no Brasil. Parafraseando a autora Silva (2003) a mulher negra ainda apresenta grau de escolaridade inferior comparado ao da mulher branca, quanto ao trabalho infantil mais de metade das crianças que ajudam no sustento de suas famílias são negras, referente a remuneração as mulheres negras estão na base da pirâmide sendo o grupo que recebe os menores salários e também podemos citar os problemas relacionados a violência doméstica e estupro, sendo uma prática realizada desde o período colonial, considerado na época como sinal de virilidade masculina. A mulher branca era vista como indefesa, casta, santa e a negra como objeto sexual e de prazer.

Criar o espaço “Enedina Alves Marques: resistência e luta” é mostrar aos mais jovens e população em geral, que a figura negra não esta fadada a marginalização. É um exemplo vivo de dedicação, luta, honestidade e princípios, tão necessários num momento em que são questionados valores e ética. Enedina foi uma mulher muito a frente de seu tempo, não deixou que as dificuldades impostas pela sociedade em geral destruíssem seus sonhos, muito menos os problemas enfrentados principalmente na faculdade como o preconceito por ser mulher, negra e pobre numa turma onde apenas homens brancos e ricos cursavam o curso de Engenharia.

É necessário criarmos espaços como este para a promoção de discussões sobre temas que parecem tão antigos e distantes da nossa realidade, entretanto ao analisarmos perceberemos que são questões atuais e que ainda não foram solucionadas.

Locais como este, têm como objetivo fazer com que os alunos reflitam sobre as questões acima relatadas e que tais discussões prossigam em sala de aula, servindo como base para o trabalho docente. É preciso incentivar os professores a trabalhar tais temáticas, não adotando apenas os livros didáticos e pinturas antigas retratando a vida dos escravos como fontes de pesquisa da disciplina de história. Através do projeto percebemos a possibilidade do trabalho envolvendo diversas áreas de disciplinas como a geografia, astronomia, história, biologia, meio ambiente, etc. A interdisciplinaridade é uma das mais significativas ferramentas didáticas que os professores poderão utilizar. Pode ser definida como a possibilidade de interação entre a criação humana e natural, buscando compreender as relações entre indivíduo e

sociedade e integrando os saberes de maneira geral. O conhecimento não pode ser fragmentado e dividido em pequenas porções com doses de segunda a sexta-feira por quatro horas semanais. O conhecimento não é uma receita de algum remédio indicado para curar alguma mazela, é justamente a prevenção para evitarmos e prevenirmos as situações de preconceito, racismo, etc.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sites

<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/origem-dos-escravos-africanos/>. Acesso em:30 de janeiro de 2016.

http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf. Acesso em:30 de janeiro de 2016.

<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20afrobrasileiros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20-%20Azoilda%20Trindade.pdf>. Acesso em:30 de janeiro de 2016.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004). P.13

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

Freire-Maia N (1995) **O Que Passou e Permanece**. Editora da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **A África na escola brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1993.

PACIFICO,Tânia Mara. **A implantação da lei nº 10639/03, modificada pela lei nº 11645/08, em uma escola da rede estadual, no ensino fundamental, na cidade de Curitiba**, Paraná. 2008.

TEIXEIRA, Rosana. **Rupturas e permanências: a imagem do negro(a) veiculada em livros didáticos de história e Língua Portuguesa**. 2011.

ROCHA, L. C. P. da. **Políticas Afirmativas e Educação: A Lei 10639/03 no contexto das Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo**. Dissertação de Mestrado, 2006. Disponível em: www.app.com.br. Acesso: 30 jan. 2016.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão & ARAÚJO, Débora Oyayomi Cristina. **A política educacional de educação das relações étnico-raciais: as alterações na LDB por meio das leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08**

SANTANA, Jorge Luiz. **Rompendo barreiras: Enedina, uma mulher singular.** Monografia do curso de História –UFPR -2013.

SOARES, Lucilene Aparecida. **Materiais produzidos pelo ministério da educação para orientar professores na direção de uma educação para as relações étnico-raciais.** Paraná. Dissertação de Mestrado em Educação – UFPR -2014

WIEVIORKA, M. **El espacio del racismo.** Barcelona: Paidós, 1992.